Conglomerado Prudencial Bexs

Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial

Relatório da Administração em 30 de junho de 2020 e 2019

Aos Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores do Bexs Banco de Câmbio S/A. (Instituição Líder do Conglomerado Prudencial Bexs)
São Paulo - SP

A Diretoria do Conglomerado Bexs, em cumprimento às disposições legais, apresenta as Demonstrações Financeiras acompanhadas das suas respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, sendo todos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Os documentos foram elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e também de acordo com o modelo do documento padronizado nº 1 para Instituições Líderes do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Este documento trata os pontos principais dentre todos os processos desenvolvidos durante este semestre pelo Conglomerado Bexs.

• Gerenciamento de Capital

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, informamos que durante o primeiro semestre de 2020 os Auditores Independentes não prestaram quaisquer outros serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, sem realizar quaisquer procedimentos que eventualmente pudessem comprometer a isenção e independência de julgamento ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

• Sustentabilidade

O Conglomerado Bexs adota as melhores práticas de sustentabilidade em seus negócios, sempre com o objetivo de gerar benefícios socioambiental contemplando os termos da Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser adotado em relação às operações, clientes, parceiros e fornecedores, buscando sempre a redução de consequente mitigação do risco socioambiental.

A gestão do Risco Socioambiental implementada estabeleceu princípios, procedimentos e diretrizes para, mas não se limitando, a exigência de que nos novos contratos firmados com clientes, parceiros e fornecedores conste cláusula que trate da necessária repartandam em relação aos assuntos ligados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo e trabalho infantil, (fazendo-se compor com a idade mínima legal), bem como a fim de que sejam aquelas que os ligados a eventuais danos socioambientais.

No ano de 2020 o Conglomerado Bexs apoia projetos em áreas sociais, de saúde, culturais, educacionais e esportivas em entidades reguladas pelos órgãos competentes.

• Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

O Conglomerado Bexs, com o compromisso constante de prevenir e combater a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e a corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos Órgãos competentes. Reafirmando esse compromisso, o Conglomerado Bexs atua em constante aperfeiçoamento dos controles existentes que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações que envolvam a lavagem de dinheiro. Esta estrutura prevê instrumentos de controle, análise e monitoramento de todas as operações realizadas com todos os parceiros de forma individualizada. Os sistemas de controles e o monitoramento das operações são realizados a identificação de pessoas e situações atípicas. A área de *Compliance* é responsável por esse processo identificando, analisando e reportando as operações suspeitas previstas pelas atribuições definidas na Circular BACEN nº 3.461, de 24 de julho de 2009, que dispõe sobre a obrigação de comunicação e recomendação de início de relacionamento. Por fim, destaca-se a adoção de políticas específicas para o conhecimento de clientes, que vão desde a análise cadastral até a verificação de antecedentes, passando pela avaliação da capacidade econômico-financeira.

• Conjuntura Econômica

Resumo

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pelo aumento da aversão a risco em uma forte reversão na trajetória de crescimento da economia global, que vinha em ritmo moderado, ao final do ano de 2019. A pandemia global da COVID-19 impactou as principais economias do mundo, com destaque para a China, Estados Unidos e países da Europa. Consequentemente, interrompeu-se o processo de consolidação da recuperação econômica internacional. Diante desse o período de crise sanitária e econômica, a prioridade passou a ser a proteção da vida e dos empregos, tendo a economia como a preservação de empregos, renda e da estabilidade das empresas. Para isso, governos adotaram uma contração da economia para no resultado fiscal do governo e depreciação do real frente ao dólar norte-americano.

Resultados

O PIB brasileiro com o boletim Focus de 10 de Julho de 2020, a economia brasileira recuaria -6,10% no ano de 2020. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou retração de 1,3% no primeiro trimestre de 2020 (comparado ao quarto trimestre de 2019), na série com ajuste sazonal. Na comparação com o primeiro trimestre de 2019, o PIB teve variação negativa de 0,3%. No acumulado dos quatro trimestres, terminados em março de 2020, o PIB registrou aumento de 0,9%, comparado aos quatro trimestres imediatamente anteriores. A Indústria (-1,4%) e os Serviços (-1,6%) apresentaram recuo, enquanto a Agropecuária (0,6%) cresceu.

Em março, o Brasil registrou de maior aversão ao risco global e da deterioração da trajetória fiscal do país, o Real se desvalorizou rapidamente face ao dólar ao longo do primeiro semestre, encerrando o dia 30 de junho de 2020 em R$ 5,44. Vale pontuar que essa desvalorização, da ordem de 35%, ocorreu a despeito das diversas intervenções do Banco Central na tentativa de reduzir a volatilidade do câmbio.

A taxa SELIC atingiu sua mínima histórica, 2,25% a.a., com previsão de que termine o ano em 2% (Focus). O índice de preços IPCA fechou o mês de Julho acumulando 0,10% a.a..

Fiscal

O governo, seguindo as práticas adotadas globalmente, lançou um pacote de medidas emergenciais para apoio à saúde e ao setor que envolvem um custo fiscal significativo. O governo vem respondendo à crise de forma apropriada e coerente com a gravidade e fiscais, no primeiro momento com a redução da taxa de juros e ampliação do crédito, além da ampliação do déficit público. O governo também implantou um programa de auxílio emergencial de transferência de renda a pessoas em situação de vulnerabilidade (incluída) que beneficiou 64 milhões de brasileiros, muitos deles pertencentes à economia informal. Os impactos econômico dessa crise para o Brasil será o crescimento da dívida pública, que deverá saltar de patamar de 75,8% do PIB para 90,6% do PIB.

A situação fiscal delicada reduz a atratividade do país para o fluxo de capitais estrangeiros, o que pode motivar que levando a uma nova depreciação maior do câmbio. Com as drásticas estrangeiras mais cautelosas, o Brasil registrou uma retração nos saldos em conta corrente ciais e contas de capital e correntes perto de zero. Além disso, o governo vem sinalizando que irá furar o teto de gastos, prevendo a uma inflação tendendo a 2% ano (2020 (Boletim Focus), resultando em uma taxa de juros real negativa. Adicionalmente, o Banco Central tem comunicado ao mercado que há pouco espaço para novos cortes na taxa básica de juros, sendo o novo patamar de juros deve se manter perto dos níveis atuais. É importante ressaltar a relativa segurança que o país tem com os níveis de reservas de capitais brasileiro. Como resultado da menor remuneração da renda fixa, já se presencia um forte fluxo financeiro para a bolsa de maior risco.

Mesmo resultado do primeiro semestre a balança comercial teve saldo positivo de US$ 23,035 bilhões, valor 10,3% menor do que o registrado no mesmo período de 2019.

Os resultados referentes à semana de 14 a 20 de Junho da PNAD, continuam a refletir o profundo choque da pandemia do novo coronavírus sobre a economia brasileira, mas mostram certa estabilização das condições do mercado de trabalho. De fato, apesar do quadro do emprego no país permanecer em patamar muito deteriorado, os dados da pesquisa indicam estabilidade e, até mesmo, leve melhora em alguns indicadores.

O indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo apresentou uma alta de 28,2% na comparação entre maio e abril de 2020, na série com ajuste sazonal. O resultado reforça a perspectiva que os investimentos em relação às quedas verificadas nos dois meses anteriores.

O panorama da crise, bem como a dimensão da intervenção dos bancos centrais, não encontra paralelo na história econômica global. Sendo assim, torna-se complexa qualquer previsão quanto ao futuro. Não obstante, o cenário mais provável é de uma retomada dos riscos da injeção de liquidez promovida pelos países (US$ 2 Trilhões apenas nos EUA).

Em paralelo, indicadores preliminares de atividade econômica têm mostrado uma recuperação mais rápida do esperado no mês de Junho e Europa a retomada já começou, as principais cidades brasileiras iniciaram seus processos de reabertura, além da aprovação de cerca de vezes (70% do PIB) deve contribuir para a recuperação do emprego. No Brasil, as perspectivas também melhoraram com relação ao retomada gradual da economia a partir do terceiro trimestre. Paralelamente, a recuperação do mercado de ações e fiscal se deve a uma significativamente mais desafiador. Diante da natureza da crise, que ainda não se encontra em seu pico, a duração, mas seus efeitos provavelmente se estenderão pelos próximos anos.

• Desempenho dos Negócios

Frente a esse cenário, os Administradores do Conglomerado Bexs avaliam com bom o desempenho do semestre, o que fica evidenciado em suas demonstrações financeiras aqui apresentadas. Em relação ao capital, o índice de Basileia total encerrou o primeiro semestre de 2020 em 15,0%, ficando 5,54% acima dos 8,00% regulamentares. Esta folga é reflexo dos resultados acumulados ao longo dos últimos anos e das medidas emergenciais adotadas pelo Conglomerado Bexs.

Não houve mudanças no Contexto operacional, Gerenciamento de Risco e Ouvidoria encontram-se em suas respectivas Notas Explicativas.

Assim sendo, a Diretoria agradece aos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 23 de junho de 2020
A Diretoria

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 (Em Milhares de Reais)

	Notas	2020	2019
Ativo		**367.674**	254.214
Caixa e equivalentes a caixa	4	51.431	43.889
Instrumentos financeiros	5	150.510	114.798
Outros créditos		**164.938**	95.132
Carteira de câmbio		164.500	94.887
Outros		438	252
Outros valores e bens		795	388
Despesas antecipadas		795	388
Permanente		21.175	16.680
Realizável a longo prazo		15.679	11.004
Investimentos		4.868	4.868
Outros créditos		629	533
Intangível de recursos trabalhistas		106	106
Crédito tributário IR e CSLL		23	12
Devedores por depósitos em garantia		410	402
Imobilizado	9	7.437	7.062
Intangível	10	1.671	1.050
Depreciações			
e Amortizações acumuladas	9 e 10	(2.954)	(2.446)

Passivo		**284.950**	183.322
Depósitos e demais			
instrumentos financeiros	11	22.766	6.816
Obrigações por empréstimos	12	29.230	6.590
Recursos em trânsito de terceiros		29.230	6.590
Outras obrigações		**194.179**	130.384
Cobrança e arrecadação			
de tributos e assemelhados		1.186	954
Carteira de câmbio	13	177.722	89.595
Fiscais e previdenciárias	14	5.923	19.843
Negociação e intermediação			
de valores	15	9.339	19.992
Diversas		38.784	39.523
Socials e estatutárias		1.083	1.191
Diversas	16	37.701	38.331
Não circulante		514	544
Exigível a longo prazo	17	514	544
Patrimônio líquido	18	**103.385**	87.028
Capital social			
de domiciliados no país		50.000	50.000
Reservas de lucros		52.866	36.679
Reserva legal		9.537	8.707
Reservas de lucros			
a disposição		43.329	27.952
Ajuste de avaliação patrimonial		(28)	(18)
Ajustes de exercícios anteriores			
Participação de não controladores		547	367
Total do passivo		**388.849**	270.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado de Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019 (Em Milhares de Reais)

	Semestre	
	2020	2019
Receitas da intermediação financeira	**218.316**	182.010
Despesas da intermediação financeira	**(208.478)**	178.952
Resultado de operações		
com instrumentos financeiros	17.437	3.052
Resultado bruto		
da intermediação financeira	**218.316**	182.010
Outras receitas operacionais	2.091	219
Receitas de prestações de serviços	46	24
Outras receitas operacionais	2.045	195
Despesas operacionais	**(190.293)**	138.875
Despesas de pessoal	**(18.468)**	(11.232)
Despesas administrativas	20 (**17.225**)	(11.232)
Despesas tributárias	21 (**10.236**)	(8.542)
Outras despesas operacionais	22 (**144.364**)	(107.869)
Resultado antes dos tributos		
sobre o lucro e participações	**30.114**	43.354
Provisão para IR	23 (**7.753**)	(10.402)
Contribuição social	23 (**5.228**)	(6.524)
Participações nos lucros	(**1.066**)	(829)
Lucro do período	**16.067**	25.599
Atribuível aos:		
Controladores	**16.187**	25.945
Não controladores	(**120**)	(346)
Lucro líquido	**16.067**	25.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019 (Em Milhares de Reais)

	Exercícios	
	2020	2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	**16.067**	25.599
Ajustes ao lucro líquido	**551**	450
Depreciações e amortizações	**561**	450
Ajustes ao valor de mercado		
dos instrumentos financeiros	**(10)**	
(Aumento) / Redução dos ativos operacionais	**(74.881)**	(1.027)
Instrumentos financeiros	**(4.426)**	(61)
Outros créditos	**(69.895)**	(1.293)
Outros valores e bens	**(560)**	327
Aumento/(redução) dos passivos operacionais	**101.598**	(2.727)
Depósitos e demais instrumentos financeiros	**15.950**	1.399
Obrigações interdependentes	**22.640**	910
Outras obrigações e provisões	**63.008**	(5.036)
Caixa líquido utilizado		
nas atividades operacionais	**43.335**	22.295
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado de uso	**(375)**	(212)
Aplicações no intangível	**(6)**	(581)
Baixas de imobilizado de uso		2
Caixa líquido utilizado		
nas atividades de investimentos	**(381)**	(791)
Atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital		(6.200)
Aporte para abrocão de projetos acumulados	**300**	258
Caixa líquido utilizado		
nas atividades de financiamentos	**300**	(5.942)
Aumento líquido de caixa e equivalentes	**43.254**	15.562
Caixa e equivalentes no início do semestre	**158.687**	123.600
Caixa e equivalentes no final do semestre	**201.941**	139.162
Aumento de caixa e equivalentes	**43.254**	15.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019 (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Legal	Reservas de lucros Disponibilidades a aos acionistas	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ prejuízos acumulados	Total contro-ladores	Participação não contro-lador	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	50.000	5.550	20.497		76.047	1.516	777.563	
Aporte de capital								
para abrocão de prejuízos						258	258	
Lucro do semestre				25.945	25.945	(346)	25.599	
Destinações:								
Reserva legal		1.298			(1.298)			
Lucro à disposição dos acionistas			18.447		(18.447)			
Dividendos distribuídos					(6.200)	(6.200)		(6.200)
Saldos em 30 de junho de 2019	50.000	6.848		38.944		95.792	1.428	97.220
Mutações do período		1.298		38.944		5.175	(88)	19.637
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.000	8.727		27.952	(18)	86.661	367	87.028
Aporte de capital								
para abrocão de projetos							300	300
Ajuste de valor mercado de TVM					(10)	(10)		(10)
Lucro do semestre					16.187	16.187	(120)	16.067
Destinações:								
Reserva legal		809			(809)			
Lucro à disposição dos acionistas					(15.378)	(15.378)		
Saldos em 30 de junho de 2020	50.000	9.536		43.329	(28)	102.838	547	103.385
Mutações do período		809		15.378	(10)	16.177	180	16.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 (Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial Bexs ("Conglomerado") compreendem a consolidação de balanços do Bexs Banco de Câmbio S/A ("Banco") e da Bexs Corretora de Câmbio S/A ("Corretora"). O Conglomerado Bexs tem como sua única acionista e controladora a companhia Dolfin Holding Associação Financeira Ltda. sueira S/A. O Conglomerado Bexs tem por objeto social a realização, de operações e serviços de câmbio permitidos aos bancos e corretoras de câmbio, bem como outras operações autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, e regulamentares complementares do Banco Central do Brasil (Bacen). Dessa forma, foi adotado os seguintes requisitos específicos na consolidação e contemplação das entidades discriminadas na referida Resolução CMN nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, determinados pelo Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de sociedades. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, foram eliminados os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as sociedades.

Tais demonstrações incluem as melhores estimativas e premissas para os valores de ativos e passivos, receitas e despesas e contingências e estimativas para a determinação da vida útil de ativos; portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial Bexs foram aprovadas pela Diretoria em 23 de junho de 2020.

Em conformidade com o pronunciado CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros - (Resolução CMN nº 3.604, de 29 de agosto de 2008), a seguinte informação é tabelas relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2019 estão sendo apresentadas para fins de comparação, em virtude de ajustes nos resultados dos períodos, devido às reclassificações realizadas no segundo semestre de 2019.

Demonstração do Resultado Semestre findo em 30 de junho de 2019		
Divulgação anterior		**Saldo ajustado**
2019	**Ajustes**	**2019**
Outras despesas		
administrativas (118.929)	113.728	(5.201)
Outras despesas		
operacionais (172)	(113.728)	(113.900)
Lucro do Semestre 25.599		**25.599**

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes a caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto. Essas aplicações, de conversibilidade imediata e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, têm como objetivo atender a compromissos de curto prazo e estão reconhecidas pelos seus valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos e reconhecidos até a data do balanço. A composição das disponibilidades registradas em caixa e equivalentes a caixa estão apresentadas na Nota 4.

c) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio de ativos e de passivos monetários são tratados e reconhecidos nas demonstrações dos resultados.

d) Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

a. Instrumentos Financeiros - Aplicações interfinanceiras de Liquidez

Os instrumentos financeiros são aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações Interfinanceiras de Liquidez são atualizadas pelo valor justo por meio de Ajuste a Mercado Aberto, cujo valor considerado instrumentos de aprovisionamento de seus valores.

b. Instrumentos Financeiros - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários são os melhores indicadores dos valores justo desses instrumentos financeiros, consideradas suas características específicas e condições de mercado de negociação das partes não relacionadas.

Os títulos e valores mobiliários, representados essencialmente por títulos públicos, são representados pelos preços negociados e divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

Instrumentos financeiros derivativos, essencialmente representados por operações a termo de moeda, são demonstrados pelos seus valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos. Estes são contabilizados pelo valor justo e seus ajustes são registrados em contas específicas do resultado, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, sendo classificados em uma das seguintes categorias:

Títulos disponíveis para venda: estão aqueles que não se enquadram na categoria de títulos para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos: são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativo quando positivos e como passivo quando negativos. São reavaliados subsequentemente também pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

c. Instrumentos Financeiros - Operações com compromissos

Essas operações são registradas pelo valor efetivo da operação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Instrumentos Financeiros - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Em atendimento à Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 2009, sendo:

Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Provisões

Foram constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos quanto à natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e a experiência própria da Administração, sendo provisões quando a perda for avaliada como provável, o que acarreta uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e também quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivos contingentes

De acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos porque a sua existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento pois são considerados perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas. Em Junho de 2020 e Dezembro de 2019, a Administração não identificou quaisquer obrigações contingentes de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível.

e) Imobilizado de uso

i) Provisão para imposto de renda/contribuição social

A provisão de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro foram calculadas com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente. Sendo a alíquota de IRPJ de 25% acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 (R$ 240) e CSLL de 20%. A alíquota de CSLL foi majorada de 15% para 20% a partir de 1º de março de 2020 conforme emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

ii) Ativo e passivo fiscal diferido

Os ativos e passivos fiscais diferidos estão registrados pelo valor líquido, quando houver compensação, e são constituídos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável, de acordo com a legislação vigente.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.924, de 25 de agosto de 2016, que estabelece os critérios para o reconhecimento de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a Administração realizou a análise dos saldos de operações de crédito, arrendamento mercantil, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e outros ativos financeiros, não identificando a necessidade de constituição de provisão adicional.

g) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda são registrados pelo valor de custo ou pelo valor de mercado, dos dois o menor, e não são depreciados ou amortizados enquanto classificados nessa categoria.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

Reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual determina a forma de reconhecimento, mensuração e divulgação dessas contingências.

i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos direitos de uso. O período de amortização com as taxas praticadas está demonstrado na Nota 10.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes

Reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual determina a forma de reconhecimento, mensuração e divulgação dessas contingências.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro foram calculadas com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente. Sendo a alíquota de IRPJ de 25% acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 (R$ 240) e CSLL de 20%. A alíquota de CSLL foi majorada de 15% para 20% a partir de 1º de março de 2020 conforme emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

l) Ativo e passivo fiscais diferidos

Os ativos de "Caixa e equivalentes a caixa" estavam compostos da seguinte forma na data base de 30/06/2020 e 31/12/2019:

Composição	2020	2019
Caixa	613	136
Depósitos bancários	173	1.346
Banco central reservas livres em espécie	105	8.346
Banco central reservas livres em espécie	50.342	34.060
Disponibilidades em moedas estrangeiras	811	506
Subtotal disponibilidades	**51.431**	**43.889**
Aplicações em operações compromissadas		
de liquidez (Nota 5)	150.510	114.798
Total	**201.941**	**158.687**

5. Instrumentos Financeiros - Aplicações interfinanceiras de Liquidez

Os valores de "Aplicações interfinanceiras de liquidez" estavam compostos da seguinte forma na data base de 30/06/2020 e 31/12/2019:

Composição	2020	2019
Operações compromissadas		
Cotas de Fundos Abertos	150.510	90.029
Operações compromissadas		
Títulos do Tesouro Nacional		24.769
Total (Nota 4)	**150.510**	**114.798**

6. Instrumentos Financeiros -Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são segmentados em: Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento - considerando que a classificação das operações no momento de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração e da capacidade financeira em mantê-los até o vencimento, conforme a política de gestão de risco, conforme exigência do BACEN. Os títulos estão custeados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Os títulos e valores mobiliários estavam assim demonstrados em 30/06/2020 totalizavam R$ 14.866 (em 31/12/2019 R$ 8.346), e foram classificados como:

Com o objetivo de alinhar a estratégia negocial, foi realizada em 30.06.2019 a reclassificação de R$ 13.131 em títulos de Tesouro Nacional para "Títulos Disponíveis para Venda", sendo a categoria "Mantidos até o vencimento" para a categoria "Disponíveis para Venda", sendo atestada a capacidade financeira.

A reclassificação é justificada para a adequada utilização dessas operações, visando a gestão mais eficaz com constituídas para fazer frente a exigibilidades de operações de *hedge* das quais tem como garantia os títulos.

O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento em 31/12/2019 totalizava R$ 2.088, enquanto o valor do custo atualizado naquela data totalizava R$ 2.088.

Efeito da reclassificação no Patrimônio líquido

	2020
Valor de custo dos títulos reclassificados	2.131
Valor de mercado dos títulos reclassificados	2.124
Efeito do valor de mercado	(7)
Efeitos fiscais	3
Ajuste no Patrimônio líquido	(10)

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

				2019
	Valor de mercado ou custo atualizado	Ajuste a mercado (nesse nível 1)	Valor de custo (Nível 1)	Valor de Custo
Disponível				
Vinculados				
à prestação de garantia				
Letras Financeiras				
do Tesouro				
Nacional Acima de				
1.080 dias	14.866	14.917	8.346	8.376
Mantidos até				
o vencimento				
Vinculados				
à prestação de garantia				
Letras Financeiras				
do Tesouro				
Nacional Acima de				
1.080 dias			2.088	2.094
Total	**14.866**	**14.917**	**10.434**	**10.470**

7. Outros créditos - carteira de câmbio

Os saldos de "Outros créditos - carteira de câmbio" estavam compostos da seguinte forma na data-base de 30/06/2020 e 31/12/2019:

Composição	2020	2019
Câmbio comprado a liquidar	17.357	9.078
Direitos sobre vendas de câmbio	150.805	86.504
Adiantamento em moeda nacional	(3.662)	(749)
Total	**164.500**	**94.887**

8. Outros créditos - diversos

Os valores de "Outros créditos - diversos" estavam compostos da seguinte forma na data-base de 30/06/2020 e 31/12/2019:

Composição	2020	2019
Adiantamentos e antecipações salariais	409	61
Pagamentos a ressarcir	-	177
Devedores diversos	29	69
Outros valores	438	252
Créditos Tributários de I.R. e C.S.	23	12
Interposição de Recursos Trabalhistas	106	106
Devedores por depósitos em garantia	410	404
Provisão para Perdas Esperadas a Compensar	90	(2)
Subtotal Não Circulante	**629**	**533**
Total	**1.067**	**785**

Os créditos tributários de impostos e contribuições serão realizados integralmente para resultado no segundo semestre de 2019, em função das diferenças temporárias.

9. Imobilizado de uso

Os saldos de "Imobilizado de uso" estavam compostos da seguinte forma na data base de 30/06/2020 e 31/12/2019:

				2020	2019
Composição	**Taxa**	**Custo de aqui-sição**	**Depre-ciação**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Imóveis de uso	4% a.a.	2.960	(531)	2.429	2.488
Outras	10% a.a.	1.960	(1.089)	871	1.098
Móveis e equipa-mentos de uso	10% a.a.	642	(200)	442	461
Sistema de proces-samento de dados	20% a.a.	1.694	(749)	945	690
Sistema de segurança	10% a.a.	88	(50)	38	62
Total		**7.437**	**(2.644)**	**4.793**	**4.867**

10. Intangível

Os valores de "Intangível" estavam compostos da seguinte forma na data-base de 30/06/2020 e 31/12/2019:

		2020		2019
		Custo		
Composição	**Taxa**	**Amorti-zação**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Software licença de uso	20%	1.013	(310)	703
Total		**1.013**	**(310)**	**703**

11. Depósitos e demais instrumentos financeiros

De acordo com a Circular BCB nº 3.952, de 21 dezembro de 2006, é facultado aos bancos de câmbio oferecer contas de depósitos sem remuneração, não movimentáveis pelo titular, cujos recursos sejam destinados à realização de operações ou à contratação de serviços relacionados ao objeto social.

Composição	2020	2019
Depósito a Vista		
Contas Depósitos	22.766	6.816
Total	**22.766**	**6.816**

12. Relações interdependências

Registra-se os valores a valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes de exterior, a serem cumpridas no mercado interno em moeda nacional, bem como os valores a valor das ordens de pagamento originários de país e ainda não cumpridas no exterior.

Esta conta se destina ao registro transitório em contrapartida a conta "Depósitos em moedas estrangeiras".

Relações interdependências	2020	2019
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	29.230	6.590
Total das obrigações por empréstimos		

Os valores de "Outras obrigações - carteira de câmbio" estavam compostos da seguinte forma na data base de 30/06/2020 e 31/12/2019:

Composição	2020	2019
Câmbio vendido a liquidar	169.491	82.507
Obrigações por compra de câmbio	17.231	9.085
Total	**186.722**	**91.592**

14. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Os valores de "Outras obrigações-fiscais e previdenciárias" estavam compostos da seguinte forma na data base de 30/06/2020 e 31/12/2019:

Composição	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**3.087**	16.135
Provisão para		
a recolher sobre serviços de terceiros	**115**	22
Impostos e contribuições sobre salários	**737**	630
Impostos e contribuições sobre serviços	**1.932**	2.140
Outros		692
Provisão para imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	**52**	
Total	**5.923**	19.843

15. Outras obrigações - negociação e intermediação de valores

Nesta conta registram-se os valores recebidos e pagos destinados a realização de negócios com ativos financeiros, evidenciando as operações vinculadas a compra e venda de títulos com prazo de vencimento entre D+1 e D+2.

Negociação e intermediação de valores	2020	2019
Negociação e intermediação de valores	**9.339**	19.992
Total	**9.339**	**19.992**

Os valores de "Provisões - diversas" estavam compostos da seguinte forma na data base de